

Efeitos da nomeação na Escola de Lacan

Silvana Pessoa

Introdução

Existem, na nossa comunidade de Escola, as siglas AP (Analista Praticante), AE (Analista de Escola) e AME (Analista Membro de Escola), expressões que designam alguém que pratica a psicanálise, no primeiro caso; alguém que decidiu pedir o passe e foi nomeado, no segundo; e alguém que foi reconhecido pela comunidade pelo seu percurso como psicanalista e pelo seu trabalho pela Escola, no terceiro. Podemos dizer que essas três expressões são *funções-nomes*.

O termo *função-nome* é tomado por empréstimo do conceito de *função* na matemática, que se define por uma lei de formação com a qual relacionamos distintos conjuntos e que serve para expressar situações com base na álgebra, generalizando os problemas por meio de fórmulas. Por exemplo: a função de $y = 2x$ ou $f(x) = 2x$ mostra que os valores de y dependem dos valores de x . Neste caso, temos que y corresponde ao dobro de x .

As *funções* ou *funções-nome* não asseveram nada, pois constituem enunciados acerca dos números, uma relação entre valores, diferentemente de uma fórmula, que pode ser verdadeira ou falsa. Por exemplo, podemos dizer que fulano é AME e, portanto, igual a cicrano, tal como dizemos $5 = 3$ que, embora falsa, *assevera uma relação* entre os numerais.

Por outro lado, signos, expressões linguísticas, *fórmulas* a se grafar, apagar e copiar podem gerar muitos mal-entendidos, pois quando se cria uma lista, seja de AME, ou de qualquer outra coisa, *pode-se dar a impressão equivocada* de que quem está dentro é V e quem está fora é F, ou vice-versa, enaltecendo ou desmerecendo as nomeações.

Se o analista ou a comunidade entende o AE e o AME – deixemos o AP de lado neste trabalho, pois este legitimamente se autoriza de si mesmo – como uma *fórmula*, e não como uma *função-nome*, não começaria aí problema, o paradoxo e o barulho do resto da frase de Lacan sobre a garantia, o “entre outros”?

Não seria nisto que residem os efeitos possíveis – *mas não desejáveis* – de ganhos de “consistência” nas listas de AME? Consistências tais como: este “é melhor”, “sabe mais” ou “está mais autorizado do que aquele?! Bem, esvaziar a in-

flação imaginária da nomeação de AME e explorá-la como uma *função-nome* é o que pretendo com este trabalho.

Parte 1 – Torre de Babel: uma grande confusão

“Daqui em diante você é um dos nossos” (2009, p. 41) foi o que Dumézil, psicanalista, escutou com surpresa de Lacan, após ter sido nomeado AE. Digo com surpresa, pois ele já se considerava *mais um entre os outros*, afinal fora um dia seu analisando, tornou-se analista e depois membro da Escola. Ao escutar a “sentença”, ele achava que acabava de entrar em uma confraria do tipo “Lions Club”. Esse é o problema quando um analista é tomado como *fórmula* e não por *função-nome*. Para evitar isso, Lacan, imediatamente, o advertiu: “Não se tome por um grande Outro, você está simplesmente sendo aceito como um AE da EFP” (*Ibid.*, p. 41).

Talvez quem pediu o passe e foi nomeado como AE ou quem foi reconhecido como um AME, pelos seus pares, entenda melhor o que é uma *função-nome*, ou seja, um nome que identifica *um número*, uma expressão, e, por isso, *não pode* ser V nem F. Um *número* “designa ou nomeia” algo *que não pode ser* grafado, copiado, apagado, *uma expressão que não assevera nada*. A expressão $(7 \times 5) + 8$ designa o 43, por exemplo. Nomeia um certo 43. *Não faz sentido perguntar se 43 é Verdadeiro ou Falso*.

Se o AME, como defendemos, é uma *função-nome*, uma expressão que não assevera nada, desejar ou não desejar fazer parte desta lista, “ficar zangado” por não ter sido incluído, não faz sentido algum. Um analista ter qualquer um destes afetos é esquecer o ato que os funda, o ato psicanalítico do qual se extrai que *do psicanalista nada é predicável* (LACAN, 1967/2003, p. 277); é esquecer o real em jogo em qualquer experiência.

Somos muito e bem diferentes. Nós nos reconhecemos e nos estranhamos. Tons, estilos e sotaques múltiplos. Somos uma Escola internacional organizada em torno de Fóruns de múltiplas línguas, diferentes lugares, diversas instâncias: uma *torre de Babel*. Uma confusão. Sim, uma confusão difícil de compreender pelos que chegam, mais ainda pelos que estão fora, e, muito trabalhosa de manejar pelos que estão dentro. Logo, urge tentar entender a lógica deste funcionamento.

Ora, a ética da psicanálise é, antes de tudo, uma ética do desejo e do respeito à diferença. A institucionalização da psicanálise e seu reconhecimento social, na medida em que implica a constituição de grupos, fundada na transferência, deve estar advertida para não ter como consequência, contudo, o recalçamento de sua função subversiva, uma vez que se responda pela via da demanda ao desejo do sujeito. Isto não significa que devamos abandonar todas as formas de agrupamento, menos ainda as diferenças, o que seria não só impossível, como também indesejável.

Somos analistas diferentes, em momentos diferentes da clínica. Existem “passos”, “degraus” – sim, pois este é o significado da palavra latina *gradus*, que considera o real em jogo na experiência analítica, *versus* a hierarquia praticada em outras sociedades, que conta com o saber como agente. Diferença sustentada por Lacan na “Proposição de 9 de outubro” (1967/2003) e defendida por ele, pois na sua Escola “só se é admitido com base no projeto de um trabalho e sem consideração para com a proveniência nem as qualificações”. (*Ibid.*, p. 249).

Assim, temos na Escola analistas praticantes (AP), estes que se autorizam de si mesmos, e aqueles que, também analistas praticantes, deram provas suficientes da sua prática e que são reconhecidos por seus pares como analistas membros de Escola (AME). Estes últimos têm que saber o tipo de problema da fase final de uma análise para poder designar um passador, e podem ser reconhecidos a qualquer momento por seus pares, pelo que enunciam nos cartéis, nos encontros, nas conversas, e, mais particularmente ainda, nas suas supervisões.

Dizendo um pouco mais: uma nomeação de AME, por tratar-se de uma *função-nome*, não se trata de um juízo de valor. Não é considerar “este melhor que aquele”, logo, verdadeiros, mas sim que *não há paridade* entre os analistas. Apesar de *sermos congêneres*, ou seja, todos da mesma raça, pois se espera que tenhamos “atravessado as mesmas transformações de desejo e gozo, percorrendo todos os graus do processo até o desejo do analista” (SOLER, 2012, p. 43), alguns têm mais percurso e experiência. “Antiguidade é posto: temos que respeitar”, diz uma determinada música muito conhecida na minha terra de origem.¹

Dos AME, espera-se mais do que dos AP, porque também eles já deram mais pela psicanálise e pela clínica. Dizem alguns textos que, aos AMEs, deve-se dar mais deveres do que direitos para cumprirem a função de “animar, orientar, transmitir sem cessar o vírus da psicanálise ao exterior e ao interior da Escola” (NOMINÉ, 2012, p. 27), além de designar passadores, tarefa de muita responsabilidade. Também os critérios para nomeá-los tornaram-se ainda mais exigentes em dez anos; depois de aprimorada a experiência, muita coisa mudou. Antes, “júri e aprovação”; hoje, “garantia e nomeação”, no meu entender, mais próximo a uma *função-nome*.

Como eram, especificamente, esses critérios no final do ano 1990? Extraio inicialmente algumas constatações do depoimento de alguém que já ocupou a função de AE. Patricia Munõz diz, sobre o começo da Escola na Colômbia, em um artigo escrito para um dos Boletins da EPFCL (WUNSCH, 2012, p. 24).

1 Música *Dona Canô*, escrita por Neguinho do Samba e gravada por Daniela Mercury.

Ela explica que alguns nomeados analistas membros da Escola (AME) não tinham necessariamente muito tempo dentro da prática, tinham pouco tempo de experiência com a Escola Lacaniana e com a designação de passadores e, por ser uma comunidade pequena e jovem, em muitos casos ainda não haviam tido “tempo necessário para se chegar ao final de análise” (*Ibid.*, p. 24), o que foi um complicador por lá.

Nos documentos recentemente compilados e circulados na rede EPFCL-Brasil (rede-epfclbrasil@yahoogrupos.com.br) por Ana Laura Prates Pacheco, encontramos as primeiras observações sobre como se pensava a nomeação de AME, no início da nossa Escola, que pode ser resumida com a expressão: “aqui há analista”, ou, apenas, com uma “convicção íntima” expressa em: “eu confiaria nele”, o que não é pouca coisa, mas que ainda não resultou suficiente.

Passou-se bastante tempo no nosso campo e quarenta e cinco anos desde a “Proposição de 1967”. A EPFCL continua apostando no *gradus*, no *passo*, no *passé*, como compromisso inadiável com a formação. O debate de Escola sobre o AME, iniciado em Paris em 2012 ou indiretamente em Buenos Aires em 2009, pelos recém-criados Encontros de Escola, apontou duplamente para “um desejo de mudança e um desejo de não perturbar o estabelecido de maneira tão brutal (WUNSCH 13, 2012, p. 4).

As questões atuais que atravessamos na nossa Escola, e que estão postas desde 1974, tratam das variedades dos fins das análises e de saber “aquela que convém para fazer um analista, aquele que pode acompanhar as turbulências do fim, porque experimentou a saída possível” (SOLER, 2012, p. 42), seria este quem poderia receber o título de AME. Entretanto, gostaria de interrogar se seria mesmo um “título”, destes que gerariam o efeito de uma “denominação honorífica”, logo, algo a “se orgulhar”? Ou tratar-se-ia mais de uma “nomeação”, logo *função-nome*, portanto, nada a “se gabar”.

Parte 2 – AME: um passador de experiências

Em muitos textos estudados sobre este assunto, encontrei afirmações a respeito desta “titulação”, dentre elas, uma advertência: “não se confortem com seus títulos”. Suspeito que a utilização deste termo “titulação” pode provocar os efeitos possíveis – *mas não desejáveis* – de ganhos de “consistência” nas listas de AME. Desde que, ao receber “um título”, este seja tomado, por si e por outros, como fórmula. Se assim for, isso pode gerar uma sensação de poder, um lugar fálico de posse de um saber, e, tal como um mandamento, vivificar aquilo que ela quer abolir, como tratou Lacan no *Seminário da Ética* (1959-60).

Se estes efeitos são constatados na prática, defendo que devemos cuidar das pala-

vras – que, sabemos, têm poder – nos nossos textos e na concepção de nomeação. Particularmente parece-me mais pertinente tratar de nomeação, de uma *função-nome*, que não assevera nada, do que com uma fórmula ou titulação permanente, destas que já recebemos de diversos lugares e que não garantem a prática analítica. Outrora, ouvi uma AME, que já não está mais na nossa Escola, dizer com leveza e sorrindo que o fato de “ser AME para sempre” não deve ser coisa boa.

A permanência do título *versus* a transitoriedade da função parece-me uma questão. No *Livro Zero* (2012) há uma outra proposta que também me pareceu importante para dar tratamento ao mal-estar que as listas geram na comunidade, sem abolir o *gradus*. A proposta feita pelo autor é pensar o AME como um *passador*, um *passador de experiências* (*Ibid.*, p 19). Ou seja, aquele que tenta explicar de diversas formas e lugares o incomum que a experiência da psicanálise e o que ela lhe ensina do real.

Para defender essa ideia, tomo uma reflexão de Martine Menès (2011, p. 46) sobre o *passador*, a qual ela faz inicialmente pelo seu contrário: *o que não é um passageiro*. Ela diz que ele não é um secretário que deve tomar notas fielmente do passageiro e *restituí-las o mais fielmente possível*; não é alguém que *não sabe reconhecer a distância* entre o saber que se pode deduzir de uma análise e a verdade, e, ainda, não é *alguém que não percebeu* a distância da mentira da verdade do sentido e a parcela do real que pode daí escapar para aí, no entanto, exprimir-se.

Com esta definição de *passador*, vale interrogar o que faz um “analista *passador*”, como optei por ora chamar o AME, tal como propõe a autora do artigo *Da função e do lugar do AME*, publicado no *Livro Zero* (*Ibid.*). Entendo que um “analista *passador*” não é um escriba/citador do que disse Lacan ou Freud. Também entendo que, diferentemente do AE, a designação de AME – tal como a designação do *passador* –, não pode ser pedida e, portanto, ele não poderá “ser culpado” de ter sido reconhecido por outros AMEs.

A sua função, “como *passador*” de uma experiência, é testemunhar na Escola, não a realidade dos fatos, mas apenas a sua posição subjetiva em face do real, pois ambos, o *passador* e o *analista passageiro*, devem poder *se deixar afetar, como se não soubessem de nada*, como recomendava Freud para os analistas a tomarem cada novo paciente. Mas como eles se farão ouvir?

Nos cartéis, nas apresentações clínicas, no ensino, nos escritos, nas supervisões, nos congressos. (...) Se o analista for “*passador da experiência*”, seu *testemunho* será forçosamente ouvido “por alguns outros”, que saberão, eles mesmos, transmitir o valor desse testemunho à CLEAG, dando-lhe condição de passar para frente os argumentos para o Colegiado Internacional de Garantia (CIG)” (*Ibid.*, 2012, p. 19).

Bernard Nominé (2012, p. 27), para falar de uma das funções do AME (animar, orientar, transmitir o vírus no interior e no exterior da Escola), diz das três letras juntas, que se leem *âme* (alma) em francês, mas que é também um nome que se dá a um *pequeno* pedaço de madeira bastante simples que o fabricante introduz no violino após terminado, para transmitir vibrações à mesa da harmonia e propagá-las até o fundo do instrumento.

A alma é, portanto, em grande parte responsável pela sonoridade do violino. Esta pequena cavilha de madeira ordinária que abre em segredo e que está longe de se parecer com um bastão marechal, me parece bastante adequada para nos dar a imagem disso que nós esperamos de um AME da nossa Escola (*Ibid.*, p. 27).

Ainda assim, o “som” de um analista praticante (AP), autorizado de si mesmo, pode não reverberar, nem tão longe no CIG, nem tão perto para nossos colegas de Escola. “Alguns outros” poderão não ouvir. Sim. Mesmo se isso acontecer, cabe perguntar: mas, e daí?! Não deveríamos nos surpreender com o fracasso, advertenos Lacan no seu texto “A psicanálise. Razão de um fracasso” (1967/1998). Neste caso, não deveríamos nos afetar com a divulgação das listas sem os nossos nomes.

As listas são e serão sempre falhas; isso não deveria incomodar, pois não é com o *gradus* que o analista conduz o tratamento ou orienta a sua fala, e sim do lugar de objeto, no primeiro, ou do lugar de analisante, no segundo. A indicação de um analista praticante para fazer parte da lista de analistas membros da Escola – e a sua possível nomeação pelo CIG – é consequência de um instrumento tocado, de uma voz que se faz ouvir, não causa. Se não estamos nela, cabe nos interrogar como estamos “tocando” a nossa prática ou por que não estamos nos fazendo ouvir.

Considerações finais

O fato de ser nomeado AME, por ter dado provas “dos efeitos de seu desejo de saber na formação de outros psicanalistas” (LIVRO ZERO, 2012, p. 13), não é uma saída desse lugar de desejante para o lugar fálico de posse de um saber, muito menos um lugar de poder. Essa diferença fundamental entre *gradus* e hierarquia pode ainda ser melhor compreendida no artigo “Da função e do lugar do AME pensados a partir das diferenças entre *gradus* e hierarquia”, publicado pela revista *Livro Zero* (*Ibid.*), do Fórum do Campo Lacaniano São Paulo, do qual retiro a citação acima.

O fato de ser nomeado AME, por ter dado provas, não é uma garantia para a Escola, pois “nada garante que ele vá designar um passador, nada garante que estará animado pelo desejo de participar na experiência do passe e nos cartéis do passe,

e nada garante que deseje contribuir à marcha da Escola nas funções e tarefas do CIG” (GALLANO, 2012, p. 19). Uma pena, pois participar desta forma na Escola poderia despertá-los mais como analistas nos seus tratamentos, como aconteceu com Carmen Gallano (*Ibid.*, p. 20), e como já aconteceu com muitos.

Este depoimento sobre o “efeito de despertar”, que poderia resultar de uma nomeação como AME, me fez lembrar uma passagem – encontrada em um artigo “O riso oriental” (GERBER e FIGUEIREDO, p. 285) em um livro que trata do humor e da psicanálise – que teve para mim este mesmo efeito, antes mesmo da minha nomeação como AME em 2014, que foi posterior à redação deste artigo apresentado em um Encontro Nacional da EPFCL-Brasil em Belo Horizonte.

Conta-se que um renomado professor da Universidade de Tóquio procurou o mestre Nam-In para fazer perguntas sobre o Zen. Nam-In oferece-lhe um chá e, enquanto o prepara em silêncio, o professor discorre ininterruptamente sobre as suas obras, realizações, títulos honoríficos, certezas. Pronto o chá, Nam-In verte na xícara do professor, enche-a e continua a vertê-lo derramando-o sobre a roupa do professor, que pergunta surpreso: – Mas o que significa isso? E Nam-In responde: – Quando a xícara está cheia, não cabe mais chá.

Minha xícara está vazia, muito vazia, pronta a receber as demais contribuições dos infinitos *Espaços Escola*, ainda por vir, e da minha clínica em permanente movimento até o dia em que eu a deixar de vez, e espero que seja bem antes de adormecer.

referências bibliográficas

- DUMÉZIL, C. Observações sobre a prática institucional de Lacan. In: *Trabalhando com Lacan: na análise, na supervisão, nos seminários*. DIDIER-WEILL, A. e SAFOUAN, M. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009. pp. 36-43.
- FREUD, S. (1910). *As perspectivas futuras da terapia psicanalítica*. Trad. Sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.11, pp. 127-136).
- GALLANO, C. A aposta do AME e suas consequências. *Wunsch*. Boletim Internacional da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. n. 12, pp.18-20, 2012.
- GERBER, I. e FIGUEIREDO, L.C. O riso oriental. In: SLAVUTZKY, A. e KUPERMANN D. (orgs.) *Seria trágico... se não fosse cômico: humor e psicanálise* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 281-286.

- LACAN, J. (1955). Variantes do tratamento-padrão. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1959-60). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Tradução de Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- _____. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. (1967). A psicanálise. Razão de um fracasso. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- LIVRO ZERO: Revista de Psicanálise. *Da função e do lugar do AME pensados a partir das diferenças entre gradus e hierarquia*. São Paulo: FCL-SP/EPFCL-Brasil, n.3, pp. 11-15, 2012.
- LIVRO ZERO: Revista de Psicanálise. *Os Analistas Membros da Escola: passadores da experiência*. São Paulo: FCL-SP/EPFCL-Brasil, n. 3, pp. 17-22, 2012.
- MENÈS, M. Posição do passador. *Wunsch*. Boletim Internacional da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. n. 10, pp. 45-46, 2011.
- MUÑOZ, P. O AME é responsável pelo progresso da Escola. *Wunsch*. Boletim Internacional da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. n. 12, pp. 23-25, 2012.
- NOMINÉ, B. Sobre o AME. *Wunsch*. Boletim Internacional da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. n. 12, pp. 25-27, 2012.
- PRATES PACHECO, A. L. *Arquivos sucata sobre os dispositivos de Escola Brasil*, disponibilizado dia 22 de outubro de 2013 pela rede-epfclbrasil@yahoogrupos.com.br.
- SOLER, C. O fim, os fins. *Wunsch*. Boletim Internacional da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. n. 12, pp. 38-43, 2012.
- WUNSCH. Boletim Internacional da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. *Ecos do Terceiro Encontro Internacional II: A Escola à prova do passe*. n. 13, pp. 3-4, 2012.

resumo

Existe, em nossa comunidade de Escola do Campo Lacaniano, as siglas AP (Analista Praticante), AE (Analista de Escola) e AME (Analista Membro de Escola), expressões, *funções-nome*, que não asseveram nada, diferentemente de uma fórmula que pode ser verdadeira ou falsa e que pode gerar muitos mal-entendidos. Tratar da diferença entre essas três expressões, os efeitos possíveis de “ganhos de consistência” nas listas de AME, e, interrogar a possibilidade de se evitar isso em uma comunidade analítica, é o que se pretende com este trabalho.

palavras-chave

Nomeação, AME, Escola, fórmulas, função-nome.

abstract

There are, in the Lacanian Field Community, certain acronyms such as: PA (Practitioner Analyst), SE (School Analyst) and SMA (School Member Analyst), expressions, name-functions, which do not assert anything, unlike a formula that can be true or false, and that can lead to many misunderstandings. Treating the difference between these expressions, the possible effects of “consistency gain” on the the lists of SMA, and examine the possibility of avoiding that in an analytical community is what is intended with this article.

keywords

Nomination, AME, Lacan’s School, formulae, name-functions.

enviado

27/05/2015

aprovado

10/08/2015

